

EDITORIAL

A comissão editorial da revista *Comunicações* tem o prazer de apresentar a seus leitores a primeira edição de 2015, de número 22.1, composta de 14 artigos de demanda espontânea e uma resenha. Os autores abordam temas variados relacionados a questões atuais que permitem uma reflexão crítica dos fenômenos educativos.

O artigo de Angélica Lima Silva e André Pires analisa como a exigência de frequência escolar mínima para beneficiários do Programa Bolsa Família é percebida pelas titulares do benefício. Mostram que a condicionalidade relacionada à educação é analisada como positiva nas percepções das entrevistadas, apesar de elas não acreditarem que a frequência escolar seja fator decisivo para romper a pobreza no futuro. Os autores refletem sobre os limites e possibilidades da exigência de frequência escolar mínima como fator de enfrentamento da pobreza, bem como sobre o fato de as beneficiárias manterem seus filhos na escola pública, mesmo classificando a educação oferecida como “defasada”.

Kamila Lockmann, apoiada em estudos foucaultianos, analisa práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores na contemporaneidade, mostrando como esses discursos foram constituídos historicamente e passaram a compor a agenda pedagógica a partir de um jogo discursivo que legitimou determinados enunciados, produzindo deslocamentos acerca do papel da escola, do professor, da organização do currículo escolar etc.

O artigo de César Donizetti Pereira Leite e Márcio Danelon versa sobre o processo de constituição do sujeito a partir de obras da literatura e do cinema. Os autores, apoiados em Bakhtin, buscam em *Pinóquio* as características do romance de formação e refletem sobre o conceito de educação subjacente na obra, fazendo um paralelo entre a obra de Collodi e o conceito de educação em Durkheim.

Alessandra David e Gisela do Carmo Lourencetti discutem o Programa Ler e Escrever, implantado pelo governo do estado de São Paulo, especificamente nas classes de alfabetização. As análises realizadas indicam uma tentativa de padronizar e controlar o trabalho docente. O exame de documentos oficiais revelam indícios de um processo de homogeneização do trabalho realizado em sala de aula e a concepção de currículo como produto acabado, o que, segundo as autoras, impossibilita o exercício autônomo e reflexivo do trabalho docente.

A pesquisa realizada por Edivaldo Silva Miranda, Rita de Cássia Alcântara Braúna e Alvanize Valente Ferenc, sobre formação e atuação docentes nos cursos de licenciatura em Biologia, Física, Matemática e Química, buscou analisar aspectos didáticos, pedagógicos e práticos sob a ótica de professores que atuam no ensino fundamental e médio das redes pública e particular de ensino de um município mineiro. Os autores destacam os saberes experienciais adquiridos pelos professores ao longo dos cursos de graduação e apresentam sugestões para melhorar a formação de professores nestas áreas do conhecimento.

O esporte difundido pela televisão e a identificação de possíveis implicações desse fenômeno social na formação profissional em Educação Física são analisados por Milena Avelaneda Origuela e Cinthia Lopes da Silva, que ressaltam a importância de que os estudantes tenham acesso à discussão sobre as diferenças entre o esporte presencial e o esporte telespetáculo e sobre elementos básicos e categorias para analisar o esporte telespetáculo em disciplinas da grade curricular.

A formação de professores foi analisada no artigo de Deivis Perez e Sabrina Orgado Oliveira a partir de reflexões de docentes voluntárias que atuavam na educação infantil e início do ensino fundamental. As autoras identificaram que as professoras consideram a Pedagogia uma subárea da Ciência da Educação; mostraram forte rejeição à terminologia “formação”, marcada por ações autoritárias e impositivas, em oposição ao ideal de parceria entre os docentes e seus alunos e, em alguns momentos, consideraram a formação no curso de Pedagogia excessivamente teórica e, em outros, facilitadora da apropriação de saberes relevantes para o trabalho docente.

O artigo de Alex Sander Contiero e Maria Guiomar Carneiro Tommasiello discute o regime de progressão continuada, concluindo que, embora este regime tenha contribuído para a maior permanência do aluno na escola, não ampliou a possibilidade de superação das dificuldades de aprendizagem.

A formação continuada de docentes também é objeto de reflexão de Clarissa Hass e Graciela Fagundes Rodrigues, que discutem, na área de educação especial, os recursos de tecnologias digitais acessíveis como temática a ser conhecida, explorada e vivenciada pelos docentes nos contextos de aprendizagem entre seus pares. As autoras apontam a contribuição da arquitetura dos *blogs* como ferramenta digital de autoria, que alia a possibilidade de (re)invenção das práticas pedagógicas em educação especial e apresentam indícios que favorecem a (auto)formação continuada docente.

O artigo de Júlio Penna Fedre e Artur José Renda Vitorino exhibe dados sobre a atual política pública para a educação profissional e tecnológica em vigor no Brasil, refletindo sobre a trajetória dos cursos profissionalizantes, marcada pela discriminação oriunda do período colonial, quando os ofícios manuais eram praticados por escravos, portanto, considerados inferiores.

Mônica de Ávila Todaro e Margarete Bertolo Boccia apresentam o resultado inicial de um percurso construído a partir das leituras e discussões realizadas pelas autoras a respeito de temas como história, humanização, linguagem, emoção, amorosidade, mudança, educação, diálogo, autonomia, conhecimento e política dos pensadores Paulo Freire e Humberto Ma-

turana. As autoras comparam concepções e ensaios de aproximação e distanciamento entre esses pesquisadores que contribuem para o surgimento de outro olhar para a educação.

O artigo de Ester Chichaveke e Antonio Fernando Gouvêa da Silva reflete sobre pressupostos da teoria crítica como referência para a ação supervisora da rede de ensino pública paulista. Os autores partem das premissas sustentadas pelos teóricos da Escola de Frankfurt, retomando, especialmente, o conceito de “racionalidade crítica”, no esforço de preconizar sua teorização e argumentos para o pensar e o fazer do supervisor de ensino, analisando suas práticas passadas e possibilidades para consolidar caminhos alternativos diante de uma renovada postura educativa.

A fim de configurar as vertentes epistemológicas da pesquisa nos artigos publicados no Grupo de Trabalho de Educação Especial da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Maria Amélia Teixeira Blanco e Rosimeire Maria Orlando realizaram a análise de 52 trabalhos publicados no período de 2008 a 2012 pela Anped, à luz das orientações teórico-filosóficas de Gamboa. As autoras identificaram 36 trabalhos na vertente fenomenológico-hermenêutica, 16 na perspectiva crítico-dialética e nenhum na vertente empírico-analítica.

Juliana Bastos Omura, Mirian Kuhnen, Marina Patricio de Arruda e Geraldo Augusto Locks descrevem o processo de desenvolvimento da estratégia de educação permanente de um município de médio porte do sul do Brasil, no cotidiano das unidades de saúde, e concluem que a educação permanente, que deveria contribuir para o fortalecimento e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), segue como uma estratégia ainda insuficiente para a consolidação da reforma sanitária.

Ainda neste número, Elaine Fernandez Perez e Maria Amorim Soares apresentam a resenha do livro *Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão*, de Paula Sibília, traduzido por Vera Ribeiro e publicado em 2012 pela editora Contraponto, Rio de Janeiro, que analisa os fatores envolvidos entre os novos modos de ser e estar no mundo e as instituições escolares.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Comissão Editorial